

OS ECOSISTEMAS COMUNICATIVOS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DE PESSOAS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL

Zildo Nunes Barbosa¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral compreender como os Ecosistemas Comunicativos (EC) podem contribuir como ferramenta pedagógica na inclusão da Pessoa com Diversidade Funcional (PDF) e traz como objetivos específicos: a) identificar os ecossistemas comunicativos na área da inclusão e b) possibilitar a cidadania da pessoa com diversidade funcional. Tem-se como entendimento que os ecossistemas comunicativos partem de uma prática educacional, capaz de desenvolver formas eficientes e democráticas de comunicação que contemplem a diversidade e assim eles podem ser considerados ferramentas pedagógicas na inclusão de PDF. A partir de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, procurou-se coletar informação sobre o tema proposto. O aporte teórico conversa com pesquisadores da área da comunicação, da sociologia e da educação inclusiva. Conclui-se que o papel da educação - e de seus ecossistemas - visa facilitar o diálogo social, articulando-se com o uso das tecnologias da informação para a educação, reconfigurando ainda mais projetos educativos de ensino que incluem a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ecosistemas Comunicativos, Inclusão, Pessoa com Diversidade Funcional, Ferramenta Pedagógica.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo faz um breve diálogo sobre a inclusão a partir de um viés da comunicação. Para isso, primeiramente, faz um recorte histórico na legislação brasileira e na educação inclusiva.

Neste artigo, busca-se investigar de que forma os Ecosistemas Comunicativos (EC) podem contribuir como ferramenta pedagógica e mediadora na inclusão da pessoa com diversidade funcional e poder auxiliar na desconstrução dos paradigmas preconceituosos, monoculturais e etnocêntricos e as relações culturais de poder no processo educativo.

A relevância do tema percorre o caminho da comunicação na educação, área tão interseccional, além de abordar sobre o enfrentamento à exclusão da pessoa com diversidade funcional na sociedade, e também poder contribuir para um viés na criação

¹ Bacharel em Comunicação.

da identidade da pessoa com diversidade funcional, além da ressignificação de termos como pessoa com deficiência, também a cidadania e o empoderamento.

Cabe já esclarecer previamente embora será mais discutido adiante que adotarei neste texto e para a minha proposta defendo a expressão “pessoa com diversidade funcional” porque a expressão “pessoa com deficiência”², ainda que seja a mais difundida, possa não atender as especificidades dentro do empoderamento e cidadania. No entanto, a fim de ressignificar a palavra deficiência, pretendo dar um sentido de valorização, empoderamento e autoaceitação assim como foi proposto em 2005, no Fórum da Vida Independente, com o intuito de eliminar termos negativos e preconceituosos (PALACIOS; ROMANACH, 2006).

Como diálogo teórico foram utilizados os referenciais dos seguintes autores: Émile Durkheim (1984), Paulo Freire (1997) e Martín Barbero (2000, 2014), como plano norteador para a fundamentação e o desenrolar desse estudo, além de incluir as tecnologias da informação (TIC) nesse contexto por entendê-la como uma aproximação a esse diálogo, trazendo a tona a utilização não só de espaços adaptados, mas sim a inclusão social, a partir das TIC.

O delineamento metodológico da pesquisa foi feito por meio de pesquisa bibliográfica de forma exploratória com uma abordagem qualitativa. Nesse estudo, foi feita a análise das fontes secundárias, principalmente de obras literárias, somando-se com pesquisas, filtradas na internet onde utilizei o portal da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a pesquisa, onde foram inseridos os termos: inclusão, ecossistemas comunicativos e pessoas com diversidade funcional. Justifico aqui a escolha desse portal por contar com um amplo acervo e de fácil acesso ao portal da CAPES, *e-books*, repositório institucional, portal de periódicos e da própria base de dados da UFSC.

Por fim esse estudo discute se os ecossistemas comunicativos podem ser considerados dentro da literatura estudada específica, como ferramentas pedagógicas inclusivas uma vez que o processo comunicacional e o desenvolvimento dos sistemas comunicativos no ensino, podem fortalecer a pessoa com diversidade funcional em seu contexto sociocultural possibilitando o empoderamento, a inclusão e a cidadania.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2 Expressão adotada pela Portaria nº2.344 desde o dia 03 de novembro de 2010

Gostaria de iniciar esse estudo contextualizando o processo histórico da inclusão com a obra de José Saramago, *Ensaio sobre a Cegueira*, na qual se faz utilização de metáfora, para fazer uma crítica à sociedade capitalista contemporânea, no que diz respeito aos laços sociais cada vez mais frouxos e o distanciamento entre os indivíduos que, buscando seus próprios interesses, torna-se cada vez mais individualistas.

Por que cegamos, não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, cegos que veem, cegos que vendo, não veem (SARAMAGO, 2015, p. 183).

A cegueira social que vivemos, nada mais é que a invisibilidade daqueles que estão fora dos padrões sociais ditos normais, e procurei destacar essa cegueira através dessa problemática, na qual a pessoa com diversidade funcional vivencia, e que por algum tempo foi excluída dos processos educacionais e sociais.

Essa cegueira vai ao encontro do que esclarece Mantoan (2011) que durante a história, as ações educativas tinham um caráter assistencial e especializado no atendimento da pessoa com diversidade funcional. A criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, fundado na cidade do Rio de Janeiro, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, também no Rio de Janeiro são instituições de amparo à pessoa com diversidade funcionais, criadas por iniciativa de familiares ou para a assistência médica dessas pessoas. Outro exemplo, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), que já teve em sua terminologia em 1950, a palavra defeituosa (Associação de Assistência à Criança Defeituosa).

No Brasil, falar sobre leis, decretos e políticas públicas de inclusão de pessoas com diversidade funcional é muito recente, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de acordo com (BRASIL, 1961) Lei nº 4.024/61, surge em 1960, e é redefinida em 1961, a fim de instituir o direito da pessoa com diversidade funcional à educação.

Com a LDBEN, na década de 70, a educação especial no Brasil, passa a incluir as pessoas com alguma diversidade funcional no mercado de trabalho, e aqui está um ponto bastante interessante que também nesse período, passa a incluir a pessoa com diversidade funcional no ensino regular, a redemocratização do Brasil com a consolidação da Constituição Federal de 1988, fez renascer um novo momento de solidariedade³.

3 Pode-se dizer que a história da educação de pessoas com diversidade funcional no Brasil está dividida entre três grandes períodos: de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 até os dias atuais – caracterizado

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1996), na perspectiva da educação, publicada em 2008, buscou criar diretrizes que possibilitassem o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com alguma diversidade funcional. Nessa política está inclusa a transversalidade da educação especial, desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino e no constante aperfeiçoamento do professor no que se diz respeito à diversidade funcional e inclusão.

O processo histórico de inclusão da pessoa com diversidade funcional, pode ser visto como uma balança desigual, onde o desenvolvimento, em seu contexto histórico, social, cultural e legislativo, ficou quase que totalmente voltados para a conquista dos direitos e entendimento médico, ficando escassa a conquista da cidadania da pessoa com diversidade funcional, bem como a quebra de paradigmas sociais, como algo secundário.

A expressão “pessoa com diversidade funcional” (PDF), utilizado nesse estudo, visa o empoderamento, à autoaceitação e à quebra de estigmas históricos e sociais, preconceituosos. Esse termo emergiu em 2005, no Fórum da Vida Independente, como uma voz cada vez mais forte de reformulação, dos termos “deficientes” e “deficiência”, numa tentativa de sobrepor o sentido negativo desses termos (PALACIOS; ROMANACH, 2006). Também é um termo sugerido para pautas específicas de teorias que questionavam uma interseccionalidade da pessoa com deficiência e outras pautas atreladas à uma minoria como comunidade Queer, Crip e de gênero.

É importante ressaltar que o modelo médico fez uso por muito tempo do termo da pessoa deficiente, evidenciando a patologia clínica ao campo cultural e social da PDF, visto que esses termo atribui incapacidade, gerando desvantagem social e a rotulação dos indivíduos como inaptos. Contrapõe-se, portanto, a um modelo social que busca discorrer a partir de uma perspectiva totalmente oposta ao modelo médico.

Esse modelo social da deficiência aborda, portanto, primando pela construção social. Paul Hunt (1966), trouxe o modelo social da deficiência.

Tom Shakespeare (...) ao revisar estudos feministas que apontam a objetificação do corpo feminino como elemento definidor da opressão vivida pelas mulheres, o autor afirma que as pessoas com deficiência sofrem de exploração semelhante, por esse prisma, a lesão ou a limitação funcional visível seria o meio pelo qual as pessoas com deficiência são objetificadas, o que levaria à prevalência social da lesão na identidade e interação social (FRANÇA, 2013, p. 66).

pelos movimentos em favor da inclusão escolar (MANTOAN, 2011)

Para tanto se faz necessário o desenvolvimento de uma educação inclusiva, capaz de transformar, mas só é possível se ela estiver alinhada a essa perspectiva social e cultural,

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (RODRIGUES, 2000 apud FREIRE, 2008 p. 10).

Para que a inclusão ocorra, é necessária a reconstrução tanto dos espaços, quanto da inovação da resolução de problemas, dos valores sociais, culturais e da perspectiva da socialização na educação.

As teorias durkheimianas foram abordadas em seu contexto da educação como fato social, Durkheim (1984, p. 1-2), citado por Melo (2012, p. 25), discorre:

Mesmo estando de acordo com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os através da educação. [...] Assim também o devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; existindo antes dele, é porque existem fora dele.

Conforme Melo (2012, p. 24), “O ser humano, como ser social, é constituído e constituinte do processo do trabalho, pela linguagem, pela cultura e pela educação”. ou seja, o ser social pode criar sua própria vida social e sua própria história.

Nas teorias de Émile Durkheim (1858-1917), especialmente voltadas para a educação, o autor discorre sobre o fenômeno educativo e a sua relação com a humanização, cultura e socialização, trazendo o conceito fundamental da educação como fato social.

As regras sociais, bem como as normas de convivência, para Durkheim encontram-se prontas e exteriores aos indivíduos, assim como os valores e as crenças, e essa imposição preestabelecida, podemos defini-la como coerção, e que vai gerar reações :

Se experimento violar as leis do direito, estas reagem contra mim de maneira a impedir meu ato se anda é tempo; com o fim de anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal se já se realizou e é reparável; ou então para que eu o expie se não há outra possibilidade de reparação (DURKHEIM, 1984, p.2)

Durkheim fala das reações sociais, inclusive quando a coerção acontece nos costumes, “(...) A língua que somos ensinados a falar e a moeda que nos submetemos a usar nas trocas, por exemplo, não foram nossas escolhas, e sim impostas pela sociedade, constituída de regras e normas sociais (MELO, 2012, p.27)”.

Essa visão pode ser tida como uma concepção positivista da sociedade, onde os indivíduos deveriam se moldar e não a transformar.

Conforme Melo (2012, p.28) o fato social constitui-se como imposição de valores, crenças, hábitos, normas e regras sociais constituídas independentes da vontade individual.

Para Durkheim a educação passa a ser vista como um motor da coerção social, impositiva de heranças sociais na qual cada indivíduo deve assimilar e reproduzir em sociedade :

Toda educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente [...] Desde os primeiros anos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constrangidas a terem hábitos higiênicos, a serem calmas e obedientes; mais tarde obrigamo-las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho etc (DURKHEIM, 1984, p. 5 apud Melo, 2012, p.29).

A Educomunicação traz uma visão trelada à questão social e à cidadania, frente aos desafios da sociedade, dos anseios, e da própria educação, bem como a utilização das inovações tecnológicas.

Os Ecossistemas comunicativos, como parte da educomunicação, podem ser classificados como todo ou qualquer espaço, incluindo a escola, na qual ocorra comunicação, e nas relações comunicacionais de interação a que se propõe.

De acordo com Sartori e Soares (2004), os ecossistemas comunicativos se alicerçam no pensamento latino-americano, daí o pensamento se aproximar a Paulo Freire e Martin-Barbero, e faz uma inter-relação entre comunicação e educação,

A Educomunicação é um campo teórico-prático integrado e integrador que pressupõe um *modus operandi* que reconceitua a relação comunicação e educação. Nestes termos, o educador é aquele profissional que, tendo em conta as possibilidades comunicativas colocadas pelas NTIC, gera e gerencia ecossistemas.

A Revista Digital de Tecnologia Educacional e Educação a distância esclarece que

O *locus* de ação da Educomunicação são os ecossistemas comunicativos, ambos

intrinsecamente ligados, já que a primeira é representada pelo 'conjunto de ações que permitem que educadores, comunicadores e outros agentes promovam e ampliem as relações de comunicação entre as pessoas que compõem a comunidade educativa' (TE@D, 2004)

Dessa forma, a Educomunicação é um dos caminhos para a educação inclusiva, pois traz uma visão inovadora, frente aos desafios da sociedade, dos anseios, e da própria educação, bem como a utilização das inovações tecnológicas em espaços comunicativos onde há participação dos sujeitos.

Segundo Melo (2012, p.18) a sociedade capitalista europeia do século XX, tinha a escola como fonte hegemônica da educação. Em tempos contemporâneos, a escola toma um novo rumo, deixa de ser o único lugar do aprendizado e do saber.

O modelo em que está inserida a escola, mostra-se desorientado e fora de contexto, percebendo que ela não está democraticamente inserida na pluralidade do saber e dos conhecimentos, sendo assim poderíamos destacar que o papel da escola é:

(...) um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente o mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos. (SAVIANI, 1999, p. 18)

Será que podemos considerar a Educação atual como um instrumento de equalização ou de discriminação social?

O fato marcante e que não é possível pensarmos em educação contemporaneamente sem recorrermos ao exame detido das práticas pedagógicas possíveis e necessárias para o tratamento das diversidades na escola, e fora dela também. (MELO, 2012, p. 149)

Diante da multiplicidade de saberes será que o cidadão está capacitado para ter um senso crítico a respeito das mais diversas formas de mensagens que lhes são bombardeadas diariamente por todos as mídias?

A escola tem capacitado o estudante para a leitura crítica do cenário em que está inserida, ou mesmo dos discursos difundidos nos diversos meios de comunicação e mídia? E será que toda essa comunicação em massa nos mais diversos meios de comunicação pode influenciar a vida econômica, familiar e política do cidadão?

Para tanto, necessitamos de uma escola na qual aprender a ler signifique aprender a distinguir, a tornar evidente, a ponderar e escolher onde e como se fortalecem os preconceitos ou se renovam as concepções que temos sobre política, família, cultura e sexualidade (BARBERO, 2000, p. 58).

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) surgem como possibilidades a mais na inter-relação entre educação e comunicação, auxiliando o novo modelo social da educação, em que a escola pode ser inserida, tratando-se de oportunidades educacionais nos ecossistemas comunicativos, podendo ampliar a tomada de consciência, que na perspectiva de Paulo Freire (1977), é equidade social e diálogo.

As TIC podem ser pontes para um conhecimento mais democrático, levando em conta a interpessoalidade. Para Freire (1977, p. 65) é de vital importância que o mundo social, seja pautado na comunicabilidade, sendo fundamentais, para ampliar os diálogos, e “como compromisso democratizante e humanizador, há sensíveis esforços voltados à acessibilidade dos recursos tecnológicos, nessa trilha, a tecnologia assistiva tem sido identificada como fundamental na inclusão social de pessoas com deficiência” (FREIRE 1977, p.69).

Com as TIC, supõe-se abrir possibilidades para a comunicação de pessoas em suas diversidades e singularidades, sempre levando em conta a oportunidade inclusiva e acessibilidade, e para isso as TIC podem possibilitar o acesso à informação e à comunicação, mesmo como ferramenta pedagógica, social e de diversidade.

Por se tratar de inclusão é que buscou-se nas TIC, um caminho, ou mesmo um pressuposto informacional, a fim de atender a todas as pessoas, com a universalização do acesso à cultura, educação e cidadania.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS POSSÍVEIS

Considerando essa reflexão teórica e de abordagem a pesquisa qualitativa, discorro a respeito da educomunicação nos ecossistemas educacionais da pessoa com diversidade funcional, sendo a natureza da pesquisa formal básica e o que, segundo Ader-Egg citado por Marconi e Lakatos (1990, p 19) “É aquela que procura o progresso científico, a ampliação de conhecimentos teóricos, sem a preocupação de utilizá-los na prática”.

A pesquisa de caráter formal, buscou entender, generalizações, princípios, e leis, e a definição dos objetivos levou em consideração a pesquisa exploratória dos dados, e dos assuntos, com o intuito de investigar, e quem sabe possibilitar a análise e a interpretação dos fenômenos atuais, referentes ao tema bem como objetivando o seu funcionamento no presente.

Os procedimentos técnicos adotados foram de caráter bibliográfico e, segundo Marconi e Lakatos (1990, p.25) “O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicação e certos erros e representa uma fonte indispensável de informações podendo até orientar as indagações”. Sendo assim foi feito um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados e publicados e revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema proposto.

Esse estudo exploratório foi feito com consulta a fontes secundárias, filtradas no portal da UFSC, onde foram inseridos termos na pesquisa integrada, com catálogo da biblioteca central da UFSC, do portal da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES), *e-books*, repositório institucional, portal de periódicos e base de dados. Foi utilizado como termos de busca de pesquisa: “Ecossistemas Comunicativos” e “Pessoa com deficiência”, agrupados em uma única pesquisa e colocada como expansores a busca no texto completo com assuntos equivalentes e sem limitadores, os artigos que mais se enquadravam no tema dessa pesquisa, através da leitura de seus respectivos resumos, selecionando os artigos que estavam dentro do contexto do tema a ser pesquisado. De posse do material pesquisado e do assunto assimilado e catalogado nesse estudo inicial, para efeito de traçar um ponto inicial foi feito um corte na história na legislação brasileira de inclusão e na educação inclusiva, inicialmente nos períodos da educação inclusiva principalmente no período assistencial que vai de 1854 a 1956, mas que a partir de 1993 traçam uma trajetória em favor da inclusão escolar. Na trajetória da inclusão houve o desenvolvimento dos direitos da pessoa com diversidade funcional à educação, contudo não se tinha certeza sobre a garantia da cidadania a essas pessoas. Por um lado coincide com a trajetória da inclusão no Brasil.

A partir disso, busquei informação pertinente à inclusão, e tomado como base os ecossistemas comunicativos, dentro da educomunicação, a fim de identificar esses ecossistemas, e se eles poderiam ser mediadores na inclusão social, cultural e cidadã da pessoa com diversidade funcional. Para tanto foram revisitadas as teorias de obras de Émile Durkheim (1984), Paulo Freire (1997) e Martín Barbero (2000). A teoria de Durkheim trata a educação como fato social, tendo nesse contexto o ser humano como ser social, com uma visão positivista da sociedade, na qual os indivíduos deveriam se moldar às normas de convivência e regras sociais, passando a enquadrar a educação como um motor de coerção. Na visão de Paulo Freire, a educação ganha uma nova

perspectiva quando abrange que deve ser levado em consideração os valores sociais de cada indivíduo, conceituando-a como educação popular, com um olhar para o cotidiano e o saber comum do indivíduo.

Como comentado, para Martin-Barbero (2000), os ecossistemas comunicativos são vistos, como meios de interação e relações que precisam ser apreendidas e levadas em consideração na educação. Nessa breve discussão sobre o posicionamento dos autores mencionados, sobre a educação, inclusão e comunicação que baseei esse estudo, a fim de conhecer, investigar e identificar possibilidades que os ecossistemas podem auxiliar tanto na educação, na cidadania quanto na inclusão da pessoa com diversidade funcional no seu processo de empoderamento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vale destacar que o objetivo geral foi identificar se os ecossistemas comunicativos podem contribuir como ferramenta pedagógica na inclusão da pessoa com diversidade funcional, tomando como base a hipótese levantada de que esses sistemas comunicativos podem contribuir uma vez que são capazes de dialogar a compreensão do ser socialmente e desenvolver formas eficientes e democráticas de comunicação que contemplem a diversidade. De que forma ocorreu tal identificação? Nessa reflexão, destaco que a inclusão da pessoa com diversidade funcional vai além da reconstrução de espaços e percorre também a mudança nos paradigmas estabelecidos pela sociedade ao longo dos anos, corroborando para a mudança da concepção dos projetos sociais, educacionais e na reformulação do pensamento crítico e analítico, bem como na prática pedagógica levando em consideração o modelo social da educação inclusiva.

É visível que o Brasil possui legislação específica para a inclusão da pessoa com diversidade funcional na educação e no ensino, porém a cidadania requer além de políticas públicas e leis, requer o envolvimento e participação da sociedade na reconstrução da estrutura social, cultural e cognitiva da pessoa com diversidade, que poderão ser bem desenvolvidos com a educomunicação, com seus ecossistemas comunicativos, levando em consideração projetos como a escola cidadã de Paulo Freire. Sendo assim, a escola como ecossistema comunicativo, pode se tornar capaz de tornar o indivíduo consciente, cidadão e protagonista da sua própria história, olhando o projeto educacional, como intercultural e capaz de superar relações preconceituosas e tornando-

as harmônicas e igualitárias :

(...) todo projeto educativo vincula-se a um projeto social e de homem, visando à manutenção da existência humana, como também ao desenvolvimento das formas de existência e também das necessárias transformações sociais que visam maior justiça social (MELO, 2012, p. 42).

Com base na contextualização inicial do processo histórico da inclusão com a obra de José Saramago no livro *Ensaio sobre a Cegueira*, o qual traz a metáfora da invisibilidade de problemas que existem, mas que não são expostos, como das pessoas com diversidade que não são vistas como normais pela sociedade, ou tratadas como deficientes é que optou-se por utilizar o termo pessoa com diversidade funcional, ensejando uma mudança nesse processo de percepção do outro, mesmo aqueles que possuem alguma diversidade, enfatizando o modelo social da deficiência que oferece uma perspectiva totalmente inovadora na inclusão da pessoa com diversidade funcional em sua construção social.

No processo de inclusão da pessoa com diversidade funcional ao ensino, uma das medidas é o desenvolvimento de uma educação inclusiva como comunidade educativa em um ambiente adequado, coincidindo com a ideia de ecossistemas educativos a qual se propõe neste trabalho, a fim de transformar os processos de ensino-aprendizagem, conforme Rodrigues (2000) citado por Freire (2008, p.10):

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (p. 10).

Os Ecossistemas comunicativos, como parte da educomunicação, podem e devem auxiliar nas relações comunicacionais e de interação, um exemplo claro são as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que surgem como possibilidades ao novo modelo social da educação, e faz com sejam vistos como oportunidades educacionais na tomada de consciência na democratização, acessibilidade a informação e a comunicação, bem como ser usado como ferramenta pedagógica de ensino-aprendizagem, cidadania e cultura.

Dessa forma, foram identificados os ecossistemas comunicativos como inclusivos com as TIC's, pelo aporte teórico encontrado, contudo não dentro da consulta

única ao portal. Destaco que os termos pesquisados, em separado, propõem uma lista de bibliografia aqui também reunida e que corroboram com a ideia de que podem ser utilizados tanto como ferramenta pedagógica quanto um meio equalizador e democrático da informação e cidadania, criando assim a oportunidade de empoderamento da pessoa com diversidade funcional e o seu processo de socialização e diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas capazes de mensurar de que forma os ecossistemas comunicativos afetarão as pessoas com diversidade funcional levando em conta sua particularidade, e poder reverberar esse conhecimento na sociedade a fim de torná-lo democrático e inclusivo, foi buscado compreender o processo educacional inclusivo bem como o legislativo fazendo um apanhado e um recorte nas histórias da inclusão no Brasil e com isso ressignificando os termos antes abordados da pessoa com diversidade funcional a fim de torná-lo mais inclusivo socialmente e de empoderamento. Nesse estudo foram discutidos, a educação, comunicação e cidadania da pessoa com diversidade funcional através da sua inclusão e os métodos capazes de recuperar sua autoestima e torná-lo senhor do seu ser. As TIC são sim oportunidades de comunicação democrática, assim como o ensino cidadão a educação socialmente inclusivas, a educomunicação que fizeram dentro desse estudo um apanhado de ideias e conceitos sistematicamente distribuídos a fim de evidenciar novas diretrizes para o ensino aprendizagem levando em consideração o indivíduo com único e exclusivo, com suas particularidades dentro de um complexo nicho comunicativo midiático e para isso se faz necessário a educação como norteadora para o ser crítico, ter a liberdade de escolha utilizando da sua percepção, educação em seu meio cultural e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Lei 13.146/15. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão**, 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. Lei nº 4.024/61. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, 1961.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

_____. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo : M. Fontes, 2004.

_____. **Educação e sociologia**. Lisboa: ed. 70, 2001.

FRANÇA, Tiago Henrique **Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social** Lutas Sociais, São Paulo, vol.17 n.31, p.59-73, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, **A Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade. LEPED/Unicamp. 2011

MARTÍN-BARBERO, J. **A Comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014. 155 p.

_____, J. **Desafios culturais da Comunicação à Educação**. São Paulo: Comunicação & Educação, São Paulo, 181: 51 a 61, 2000.

MELO, Alessandro de. **Fundamentos Socioculturais da Educação**. Curitiba. Intersaberes, 2012.

PALACIOS, Agustina; ROMANACH, Javier. **El modelo de la diversidad: la Bioética y los Derechos Humanos como herramienta para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional**. AIES, 2006.

Revista digital de tecnologia educacional e educação a distância (nov 2004, n. 1, v. 1)

SARAMAGO, Jose. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo – Companhia das Letras, 1995.

SARTORI, A. S; SOARES, M.S.P. Concepção dialógica e as NTIC: A educomunicação e os sistemas comunicativos. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arg/textos/86.pdf>
Acessado em: 13/08/2020

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!** Dermeval Saviani. - 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S).